



OS PRINCÍPIOS DE ECONOMIA SUBSTANTIVA DE KARL POLANYI EM RELAÇÕES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: o caso do povoado Cruz (Currais Novos/RN)

1- Fabiano André Gonçalves Silva

Mestrando em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil
fabianoandree@yahoo.com.br
<http://lattes.cnpq.br/7307771163463498>

2- Dinara Leslye Macedo e Silva Calazans

Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil
Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil
dinaraleslye@yahoo.com.br
<http://lattes.cnpq.br/5716461725901505>

3- Juan Miguel Rosa González

Mestrando em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil
Professor da Faculdade de Ciências Empresariais de Natal / Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC/RN), Brasil
jmrosag@yahoo.es
<http://lattes.cnpq.br/8937963538553756>

4- Washington José de Souza

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil
Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil
wsouza@ufrnet.br
<http://lattes.cnpq.br/2387611219688981>

Diego Maganhotto Coraiola – Editor

Artigo analisado via processo de revisão duplo cego (*Double-blind*)
Recebido em: 09/12/2010
Aprovado em: 09/01/2011
Última Alteração: 12/02/2011

* Contato Principal: Rua Praia de Tibau, 661, Nova Parnamirim, Parnamirim/RN, Brasil, CEP 59151-550.

OS PRINCÍPIOS DE ECONOMIA SUBSTANTIVA DE KARL POLANYI EM RELAÇÕES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: O CASO DO POVOADO CRUZ (CURRAIS NOVOS/RN)

RESUMO

Este estudo aborda relações econômicas e sociais em uma comunidade de fruticultores à luz dos princípios expostos por Polanyi (2000) na obra “A Grande Transformação” e dos pressupostos básicos da Nova Sociologia Econômica (NSE) e da Economia Solidária. A unidade de observação foi o Povoado Cruz, no município de Currais Novos (RN). A técnica utilizada foi a observação não participante, com abordagem qualitativa na análise de dados. Em uma aproximação com a realidade buscou-se identificar como, e se, relações sociais não capitalistas, balizadas nos princípios de reciprocidade, domesticidade e redistribuição, sobrevivem em meio a relação capitalista. Percebeu-se que, mesmo dentro da realidade de mercado, predominam princípios elencados por Polanyi e pela Economia Solidária. Tais princípios têm base em valores como solidariedade, integração, respeito, ajuda mútua, cooperação e autonomia.

Palavras-Chave

Reciprocidade; Redistribuição; Domesticidade; Economia Solidária; Agroindústria Familiar.

PRINCIPLES OF ECONOMICS SUBSTANTIVE OF KARL POLANYI RELATIONS IN SOLIDARITY ECONOMY: THE CASE OF CRUZ VILLAGE (CURRAIS NOVOS/RN)

ABSTRACT

This study focuses economic and social relationships in a fruit culture community under the prism of both principles established by Polanyi (2000) in his work “The Great Transformation” and central assumptions of New Economic Sociology (NES) and Solidarity Economy. The community of Povoado cruz, in the municipality of Currais Novos (Rio Grande do Norte - Brazil), was studied through non-participant observation, and data gathered was analyzed with a qualitative approach. The paper aims at identifying how, and if, social not capitalist relationships, guided by reciprocity, domesticity and redistribution principles, survive within the general capitalist environment. It was observed that, even in predominant market reality, Polanyi and Solidarity Economy principles prevail. Such principles are grounded in values such as solidarity, integration, respect, mutual assistance, cooperation and autonomy.

Keywords

Reciprocity; Redistribution; Domesticity; Solidarity Economy; Family Agribusiness.

1 Introdução

Este texto aborda os princípios de economia substantiva – reciprocidade, redistribuição e domesticidade – descritos por Polanyi (2000) na obra “A Grande Transformação” em um contexto de relações econômicas submersas nas relações sociais em uma comunidade rural do Rio Grande do Norte. O propósito de revelar a presença dos princípios e padrões de Polanyi na comunidade em estudo está fundado na idéia da existência de outros valores econômicos, na comunidade, que a impulsiona ao desenvolvimento, não centrados em lucro ou relações monetárias. Tal dinâmica de trabalho e produção, de modo geral, valoriza a reciprocidade, a solidariedade, o respeito, a participação, a autonomia, a autogestão e a constituição de relações sociais e políticas, centradas na cooperação mútua, formalizadas sob a figura jurídica de associação ou cooperativa ou mesmo atuando de modo informal. O diagnóstico desses princípios oportuniza a criação de subsídios à geração de trabalho e renda fundada em preceitos que recuperam a concepção tradicional de economia (POLANYI, 2000), o que, de certo modo, contribui, numa perspectiva dialógica, para ações formativas do processo de incubação de Empreendimentos de Economia Solidária, desenvolvido por incubadoras universitárias que se voltam à promoção do desenvolvimento de organizações sociais e solidárias.

A comunidade do Povoado Cruz situa-se na zona rural do município de Currais Novos/RN, importante município do estado do Rio Grande do Norte localizado na região do Seridó. A escassez de recursos naturais é típica em todo o município, apresentando limitações fortes no uso agrícola, principalmente pela restrição na disponibilidade de água, pela erosão e por impedimentos no uso de maquinários, em decorrência do solo pedregoso, rochoso e acidentado. A comunidade é constituída de 300 famílias, com cerca de 1.200 habitantes, formada basicamente por pequenos produtores rurais, com vocação à fruticultura irrigada. A partir de mobilização da própria comunidade, foi construída uma agroindústria comunitária de polpa de fruta, com recursos do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e Programa de Desenvolvimento Solidário (PDS-RN), através de projeto desenvolvido pelo Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (EMATER-RN). O projeto visava ao aproveitamento do excedente de fruta não comercializada, principalmente, no período de safra, quando a oferta se eleva e o preço cai. A agroindústria entrou em funcionamento no ano de 2005, passando por sucessivas melhorias, de iniciativa dos produtores, a partir do fomento inicial das instituições supracitadas. Atualmente, a renda do produtor familiar é oriunda, majoritariamente, dessa atividade.

A opção por estudar essa comunidade se dá, primeiro, por esta se constituir como importante pólo local para as comunidades circunvizinhas. Em segundo lugar, pelas relações de autogestão imbuídas na atividade de agroindustrialização das frutas advindas da produção local e, terceiro, pela presença de ações extensionistas, através da EMATER-RN neste espaço, que permitem o acesso e a apropriação qualificada das relações existentes. Por último, há o intuito teórico-empírico de se trabalhar a possibilidade de identificação dos princípios e padrões de Karl Polanyi em prática econômica contemporânea.

A pesquisa foi caracterizada como descritiva e exploratória, quanto aos objetivos. Descritiva, porque objetivou descrever o fenômeno estudado expondo características de um grupo, compreendendo as relações entre os conceitos envolvidos no fenômeno em questão (VERGARA, 2004; ACEVEDO E NOHARA, 2004), no caso, a comunidade do Povoado Cruz. É exploratória por ter sido realizada em área em que há pouco conhecimento acumulado e sistematizado, permitindo ao pesquisador um alcance maior de conhecimento sobre o tema ou problema de pesquisa (VERGARA, 2004; MATTAR, 1996; GIL, 1994), justificada pela escassez de pesquisas que verifiquem, na atualidade, a aplicação dos princípios de Polanyi em comunidades contemporâneas.

Quanto ao meio de investigação, de acordo com os critérios de Vergara (2004), a pesquisa se constitui em um estudo de campo sobre um caso específico. A pesquisa de campo se caracteriza, de acordo com Andrade (1994), pelo fato da coleta de dados ser efetuada em campo, onde ocorreram espontaneamente os fenômenos. Nesta pesquisa os autores observaram a comunidade por um período de quatro anos. Um dos pesquisadores, durante este período, desenvolvia atividades de assistência técnica e extensão rural através da Instituição governamental que dava apoio à comunidade, a EMATER. Isto permitiu vivenciar o dia-a-dia da comunidade, observar atividades realizadas, relações afetivas existentes, interações com comunidades circunvizinhas, a relação de liderança, decisões realizadas em grupo, desavenças, dentre outras aspectos. Assim sendo, o pesquisador desenvolveu duas atividades simultaneamente, a de extensionista e a de pesquisador. Em decorrência do acolhimento que a comunidade deu ao extensionista, o trabalho de pesquisa foi facilitado. Os demais pesquisadores recebiam as informações e observações do pesquisador de campo e as analisavam à luz dos princípios de Polanyi e da economia solidária. Tratou-se,

portanto, de um trabalho onde a interação, o compartilhamento, a compreensão e o amadurecimento ocorreram conjuntamente. Diante da unidade analisada neste trabalho, Povoado Cruz, foram extraídas informações passíveis de responder ao seguinte problema: de que forma, em práticas sociais contemporâneas de uma comunidade rural, se articulam os princípios de reciprocidade, redistribuição e domesticidade, enunciados por Polanyi (2000), a práticas convencionais de mercado?

Quanto à abordagem da análise de dados, a pesquisa se caracterizou por ser qualitativa. Para Denzin e Lincoln (2006) este tipo de pesquisa consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Em relação à coleta dos dados, esta aconteceu através da observação não-participante. Para Godoy (1995), este tipo de observação se dá quando o pesquisador apenas atua como espectador atento, registrando o máximo de ocorrências que interessam ao seu trabalho. Assim, foi observado o dia-a-dia da comunidade em estudo, hábitos, costumes e vivências que viabilizaram a obtenção dos dados necessários ao alcance de resposta ao problema proposto.

Em um primeiro momento abordam-se os princípios de Karl Polanyi, presentes na obra “A Grande Transformação”, que fornecem pressupostos básicos à Nova Sociologia Econômica (NSE). Segue um enfoque na Economia Solidária aqui entendida como uma dimensão econômica que se aproxima dos princípios abordados por Polanyi, especialmente pelo fato de igualmente priorizar valores como solidariedade, dependência recíproca, ajuda mútua e cooperação. Posteriormente, o texto faz referência à agroindústria familiar, seguida de uma descrição da comunidade estudada, o Povoado Cruz. São realizadas, então, associações entre os princípios abordados por Polanyi e ações do cotidiano de trabalho e produção na comunidade estudada. Por fim, são apresentadas as conclusões que, em essência, respondem ao questionamento central da pesquisa.

2 Os Princípios de Karl Polanyi e a Economia Solidária

Em sua obra *A grande Transformação* (1944), Polanyi chama a atenção para a inexistência de economias controladas por mercados em período anterior à Revolução Industrial e ao desenvolvimento da sociedade de mercado. Antes desse momento histórico particular, a economia do homem teria permanecido, como regra, “submersa em suas relações sociais” (POLANYI, 2000, p. 65), sendo o sistema econômico mera função da organização social. Polanyi (2000, p. 69) escreveu que em tais sociedades:

[...] é vedada a idéia do lucro; as disputas e os regateios são desacreditados; o dar graciosamente é considerado como virtude; não aparece a suposta propensão à barganha, à permuta e à troca. Na verdade, o sistema econômico é mera função da organização social.

Para o autor, a propensão do homem à barganha, à permuta e à troca, observada por Adam Smith – fundamento teórico do *Homo Economicus* –, seria “quase que inteiramente apócrifa”, uma “leitura errada do passado” que resultaria ser “profética do futuro” (POLANYI, 2000, p. 63). Nunca antes da Revolução Industrial teria havido um sistema econômico separado da sociedade, de forma que a sociedade do século XIX aparece como “um ponto de partida singular, no qual a atividade econômica foi isolada e imputada a uma motivação econômica distinta” (POLANYI, 2000, p. 92-93), a motivação de ganho e lucro. Enquanto os padrões sociais de simetria, centralidade e autarquia –que serão descritos nas páginas a seguir– não poderiam gerar, por si mesmos, instituições específicas, o padrão de mercado gerou a instituição do mercado. Nas palavras de Polanyi (2000, p. 77):

Em última instância, é por isto que o controle do sistema econômico pelo mercado é conseqüência fundamental para toda a organização da sociedade: significa, nada menos, dirigir a sociedade como se fosse um acessório do mercado. Em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico. [...] A sociedade tem que ser modelada de maneira tal a permitir que o sistema funcione de acordo com as suas próprias leis. Este é o significado da afirmação familiar de que uma economia de mercado só pode funcionar numa sociedade de mercado.

É oportuno salientar que Polanyi não se volta contra os mercados ou o comércio e nem os questiona. O autor apenas salienta que a sociedade de mercado –ou seja, o tipo peculiar e sem precedentes históricos de organização social necessário para o desenvolvimento de uma economia de mercado– não é, como se assume com frequência, “o resultado natural da difusão dos mercados” mas, sim “o efeito de estimulantes altamente artificiais administrados ao corpo social” pelo “deus ex machina da intervenção estatal” (POLANYI, p. 78). O advento da sociedade de mercado, lembra Polanyi, não teria sido possível sem a

transformação, forçada e artificial, de trabalho, terra e dinheiro em mercadorias. Polanyi (2000, p. 93) descreveu que:

Uma economia de mercado deve compreender todos os componentes da indústria, incluindo trabalho, terra e dinheiro. [...] Acontece, porém, que o trabalho e a terra nada mais são do que os próprios seres humanos nos quais consistem todas as sociedades, e o ambiente natural no qual elas existem. Incluí-los no mecanismo de mercado significa subordinar a substância da própria sociedade às leis do mercado. [...] O trabalho, a terra e o dinheiro obviamente não são mercadorias.

Essa transformação –através da intervenção estatal– de terra, trabalho e dinheiro em mercadorias, e a subsequente subordinação da ordem social ao sistema econômico, não poderia ter senão consequências nefastas para a vida social. Para Polanyi, permitir que o mercado fosse “o único dirigente do destino dos seres humanos e do seu ambiente natural” só poderia resultar no “desmoronamento da sociedade” (POLANYI, 2000, p. 94).

Antes de analisar o modo como a ordem econômica passou de estar submersa nas relações sociais a modelar o conjunto da sociedade, de forma que o mercado pudesse funcionar conforme as suas próprias leis, Polanyi descreve como era garantida a ordem na produção e na distribuição de bens dentro das comunidades humanas. Na ausência da instituição específica do mercado, os princípios que garantiam a sobrevivência econômica das sociedades pré-industriais eram os de reciprocidade, redistribuição e domesticidade, apoiados em três padrões sociais específicos: o padrão de simetria, o de centralidade e o de autarquia.

O princípio da reciprocidade, que Burlamaqui (1995, apud VINHA, 2003, p. 9) descreve como a “movimentação de recursos e informações entre pontos correlatos de agrupações simétricas” e que Polanyi apresenta como um complexo sistema de dádivas entre os membros da comunidade, não motivadas pelo ganho ou pelo lucro, é possível em virtude do padrão de simetria e garante a conservação das relações sociais. Na descrição original de Polanyi (2000, p. 69), que toma como exemplo o comércio Kula nas ilhas da Melanésia Ocidental, observa-se que:

As mercadorias não são acumuladas, nem mesmo possuídas permanentemente; o gozo dos bens recebidos está justamente em poder dá-los em seguida; não existe nenhuma disputa ou controvérsia, e nem barganha, permuta ou troca. [...] Um intrincado sistema de tempo-espaco-pessoa, [...] que liga muitas centenas de pessoas em relação a milhares de objetos estritamente individuais, é aqui manipulado sem que existam registros ou administração, e também sem qualquer motivo de lucro ou permuta. O que domina não é a propensão à barganha, mas à reciprocidade no comportamento social. O resultado, no entanto, é uma realização organizacional estupenda na área econômica.

A reciprocidade recompensa atos de virtude cívica e assegura, junto com o princípio da redistribuição, “o funcionamento de um sistema econômico sem a ajuda de registros escritos e de uma complexa administração” (POLANYI, 2000, p. 68). A reciprocidade se sustenta na organização simétrica da comunidade, o que Polanyi chama de dualidade e Vinha (2003, p. 7) caracteriza como “a existência de um análogo, de um parceiro”.

O princípio da redistribuição, por sua vez, se apóia no padrão de centralidade, isto é, “a entrega dos produtos a uma autoridade institucionalmente investida, responsável pela redistribuição em bases justas” (VINHA, 2003, p. 7) ou, na explicação de Polanyi (2000, p. 71), a existência de “um intermediário na pessoa do chefe ou outro membro proeminente do grupo” que “recebe e distribui os suprimentos”. Práticas de reciprocidade e redistribuição em comunidades camponesas podem ser observadas, também, nos trabalhos de Dominique Temple (1997; 1998) e Eric Sabourin (1999; 2000; 2001; 2006). Este último estudou comunidades camponesas no Brasil se interessando por efeitos de projetos de desenvolvimento econômico e social levados às comunidades por agentes externos. Em palavras de Sabourin (1999, p. 41):

Nas comunidades rurais do Sertão Nordeste, paralelamente às relações de câmbio mercantil, encontram-se prestações econômicas não mercantis que correspondem à permanência de práticas de reciprocidade camponesa, ancestrais ou readaptadas num contexto novo. [...] Na zona rural do Sertão, as comunidades, as redes de proximidade, as relações familiares e interfamiliares, as prestações de ajuda mútua constituem formas de relacionamento e de organização ainda reguladas pela reciprocidade camponesa. A lógica do sistema de reciprocidade não considera a produção exclusiva de valores de uso ou de bens coletivos, mas a criação do ser, da sociabilidade. Se para “ser socialmente” precisa dar; para dar, precisa produzir. A lógica da reciprocidade procura, portanto, a ampliação das relações sociais e afetivas.

Sabourin se alinha com Temple ao chamar a atenção quanto à necessidade de que o poder público deve reconhecer a importância da reciprocidade para essas comunidades, incorporando tais práticas aos projetos de desenvolvimento local (SABOURIN, 1999, p. 48):

Como sublinha Temple (1997) o reconhecimento político e público da economia de reciprocidade permitiria traçar uma interface de sistema e abrir um debate entre os partidários de uma ou outra lógica para tratar da natureza das organizações camponesas ou locais, da delegação do poder, das normas e dos princípios de gestão dos bens comuns ou públicos. Tal debate permitiria também discutir os valores que devem orientar ou fundar os projetos de desenvolvimento econômico e social. Enquanto a Economia Política só reconheça uma única lógica econômica, a do livre-câmbio –mesmo disfarçada sob o rótulo de escolas diversas ou teorias econômicas– somente existirá o reino do pensamento único.

Os princípios de reciprocidade e redistribuição não seriam possíveis, porém, na ausência do princípio de domesticidade e do seu padrão correspondente, a autarquia, o grupo fechado. Como relatou Polanyi (2000, p. 73):

O terceiro princípio, destinado a desempenhar um grande papel na história, e ao qual chamaremos o princípio da domesticidade, consiste na produção para uso próprio. [...] A prática de prover as necessidades domésticas próprias [...] nada tinha em comum com a motivação do ganho, nem com a instituição de mercados. O seu padrão é o grupo fechado.

Para Polanyi, a essência da domesticidade –como já fora observado por Aristóteles– reside na produção para uso contra a produção voltada ao lucro. Esse princípio de auto-suficiência não deve se ver afetado pela existência de uma produção acessória para o mercado: “enquanto os mercados e o dinheiro fossem meros acessórios de uma situação doméstica auto-suficiente, o princípio da produção para uso próprio poderia funcionar” (POLANYI, 2000, p. 74).

A reflexão de Polanyi a respeito da submissão histórica da vida econômica à ordem social e da falácia original da propensão humana ao lucro encontrou continuidade, não de forma acrítica, nos postulados da Nova Sociologia Econômica (NSE), que trouxe o conceito de submersão (embeddedness) “para o interior das formações sociais capitalistas” (RADOMSKY; SCHNEIDER, 2007, p. 260). Assim, as relações pessoais de proximidade teriam também um papel fundamental na configuração da ordem econômica. Para essa corrente teórica, a impessoalidade das relações econômicas, trazida pela sociedade de mercado, não seria completa, convivendo com fenômenos supostamente pré-históricos como a dádiva e a reciprocidade. Explicam Radomsky e Schneider (2007, p. 59) que:

Para Polanyi, o ‘ator econômico’ é uma categoria possível apenas no sistema capitalista de relações sociais. Pesquisadores que procuraram dar continuidade às suas pesquisas se depararam com um modelo teórico no qual este ator seria brutalmente particularizado quando em seu contexto de ação econômica, e deixaria o mundo da impessoalidade quando estivesse em outro contexto de ação (não-produtivo). Conseqüentemente a dádiva e a reciprocidade seriam categorias pré-históricas, assim como as sociedades em que elas ocorriam, ou absolutamente ‘anti-econômicas’. A alternativa a isto seria considerar a importância da reciprocidade mesmo num ambiente econômico transformado historicamente, como no capitalismo, com a instauração da impessoalidade, mas não a sua completude, portanto sem o aniquilamento das relações de proximidade entre os atores sociais, seja em contextos produtivos seja em não-produtivos.

Observa-se, assim, que a reciprocidade tem, ainda hoje, a capacidade de reforçar as relações sociais ao unir os membros de um grupo por meio de suas condutas, isto é, “das obrigações morais e da liberdade do agir recíproco e da carga simbólica que contém o dar e o retribuir” (RADOMSKY; SCHNEIDER, 2007, p. 255) e que as suas estruturas básicas, como o “cara a cara” ou a reciprocidade generalizada e centralizada (redistribuição) são cada uma a matriz de um valor específico: o cara a cara, da amizade; a reciprocidade generalizada, da responsabilidade etc. (TEMPLE, 1998).

Quanto à contemporaneidade de Polanyi, Vinha (2003) propõe que os principais pressupostos do autor, em relação ao comportamento social, podem explicar, ao menos parcialmente, fenômenos contemporâneos como o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social corporativa. Ambrosini e Filippi (2008), por sua vez, relacionam o conceito de enraizamento social da vida econômica –e a idéia de economia substantiva de Polanyi– com as experiências de Sistemas Produtivos Localizados (SPL) onde se evidenciam fortes laços comunitários e territoriais, além de valores sociais alheios à motivação do lucro. Ambrosini e Filippi (2008, p. 134) afirmam que:

O que une os Sistemas Produtivos Localizados à ‘economia substantiva’ é a forma de abordagem das relações econômicas, inseridas em um contexto social, onde a chave é a reprodução social e não o lucro. [...] O

'território' pautará muitos dos estudos contemporâneos baseados em dinâmicas de desenvolvimento endógenas, entretanto, o espaço será constituído enquanto o locus das relações sociais, base dos recursos naturais e meios de produção. Ao mesmo tempo em que o sentimento de pertencimento e valorização de identidades reforçam laços sociais, os mesmos estarão subjacentes e dinamizando as atividades econômicas.

Esses autores concluem que é possível observar nos SPL "três dimensões indissociáveis: econômica, territorial e social" (AMBROSINI; FILIPPI, 2008, p. 134). A fusão dessas três esferas manifesta o caráter enraizado (embedded) dessas formas de organização produtiva, onde as atividades econômicas integram-se a valores sociais, à identidade cultural e a laços comunitários para garantir a reprodução social.

As características e modos de funcionamento peculiares dos arranjos produtivos locais podem, assim, encontrar sustentação teórica tanto nos princípios fundamentais de Polanyi como, por extensão, nos pressupostos básicos da Nova Sociologia Econômica em sua visão das redes sociais. Como exposto por Vinha (2003), dois dos principais representantes dessa corrente –Granovetter e Swedberg– questionam que toda ação econômica em uma sociedade capitalista seja desprovida de motivações não econômicas. E mais: "quando afirmam que a ação econômica é socialmente situada, Granovetter e Swedberg querem dizer que esta está enraizada em redes de relacionamentos pessoais e não em indivíduos atomizados" (VINHA, 2003, p. 12). Nessa mesma linha, é interessante a observação de Abramovay (2004) do conceito de altruísmo e do modo como esse atributo pode ser encontrado dentro da esfera econômica. Apoiando-se na coletânea de Zamagni (1995, apud ABRAMOVAY, 2004), Abramovay (2004, p. 46) salienta que o altruísmo "encontra fundamento no próprio interesse do indivíduo" e que "uma sociedade em que os indivíduos têm a capacidade de levar em conta os interesses alheios consegue instituir formas de coordenação muito mais propícias aos processos de desenvolvimento". Para Abramovay, esse princípio se traduz na possibilidade de que, mesmo concorrendo entre si, os atores possam encontrar motivações para a cooperação e a preservação dos outros.

Diante da lógica de mercado vigente e da carência de desenvolvimentos sociais há a necessidade de se trabalhar para que as pessoas passem a ter condições de vida dignas. Assim sendo, necessita-se, cada vez mais, da presença da reciprocidade, da solidariedade, da igualdade de condições de desenvolvimento, da justiça social, dentre outros aspectos. Como alternativa a este sistema, ou mesmo de sobrevivência dentro dele, foram surgindo, ao longo do tempo, ações comuns entre pessoas baseadas na igualdade, reciprocidade, confiança, ajuda mútua, dentre outros valores, os quais foram tornando consistentes, vindo posteriormente a receber o nome de Economia Solidária.

Para Singer (1999) o surgimento deste tipo de Economia ocorreu, basicamente, na época do surgimento do Capitalismo Industrial, no século XIX, período este caracterizado pela extrema exploração dos trabalhadores nas fábricas britânicas, fazendo surgir de idéias e iniciativas, oriundas dos socialistas utópicos como Owen, Saint Simon e Fourier, que foram de encontro à realidade capitalista da época. Dentre estas iniciativas destaca-se a criação de cooperativas, seja de compras ou de produção, que buscavam pressionar os patrões para o atendimento das necessidades dos trabalhadores (SINGER, 2002). Destaque também para as manifestações dos trabalhadores que ocorreram neste período, seja através do movimento "luddista", seja através do Cartismo.

Autores como Laville e França Filho ressaltam que a Economia Solidária, mesmo retomando experiências do século XIX, como as cooperativas e os empreendimentos autogestionários, é um fenômeno novo relacionado com a crise na relação salarial ocorrida no último quartel do século XX, passando a adquirir assim novos significados no atual contexto econômico e social (LEITE, 2009).

As cooperativas se apresentam, dentro da Economia Solidária, como importantes ferramentas na busca de ganhos sociais. Porém, nem todas estão dentro do perfil desta Economia. Para que isso ocorra há a necessidade que haja a gestão compartilhada por todos os sócios, ou seja, a autogestão. Havendo isto, aliado a solidariedade, pode-se afirmar que se trata de um empreendimento Econômico Solidário (EES). Singer (2005, apud CASTANHEIRA; PEREIRA, 2008, p. 117-118), ao se referir às características da referida Economia, fez às seguintes ponderações:

Na economia solidária, todos que trabalham no empreendimento detêm posses iguais, com os mesmos direitos de decisão sobre o seu destino. Nela, a situação do trabalhador é o inverso da vivida na empresa capitalista, já que cada membro do grupo é responsável pela gestão, participando plenamente dos resultados alcançados, sejam eles sobras ou prejuízos. Como não há hierarquia, a união consciente e solidária entre os trabalhadores é essencial para o bom funcionamento da organização.

Não são apenas cooperativas que podem ser consideradas como empreendimentos solidários ou mesmo detentoras de práticas sociais, mas, também, associações, clubes de trocas, cozinhas coletivas, dentre outros, desde que atendam aos princípios da economia solidária (LEITE, 2009; AZAMBUJA, 2007). Para França e Laville (2004) os empreendimentos desta natureza têm que ter a solidariedade como centro das atividades econômicas, já que as atividades desenvolvidas por tais se apresentam como meio para a realização de outros objetivos de âmbito social, político ou cultural.

Quando se busca conceituar a Economia Solidária observa-se uma ausência de consenso entre os autores. Há aqueles que não põem o mercado em oposição a tal economia. Para Razeto (1997, apud AZAMBUJA, 2007) a Economia Solidária é vista como um processo de inserção de práticas econômicas de características solidárias no âmbito da estrutura econômica vigente. Para ele, há como inserir a solidariedade nas práticas econômicas do capitalismo. Ressalta que não existe apenas uma maneira para isso acontecer, havendo, assim, diferentes formas que interagem entre si visando ao alcance de resultados sociais dentro do âmbito do capital.

Laville, ao abordar este assunto, baseia a sua análise nos princípios do comportamento econômico de Polanyi, criticando o reducionismo (LAVILLE, 2004, apud AZAMBUJA, 2007). O autor recupera o conceito de Polanyi da pluralidade da economia, que seria constituída por diversas formas de produção, dentre elas, aquelas baseadas na reciprocidade. Para Laville, a economia pode ser decomposta em três pólos: Economia Mercantil, onde a distribuição e produção são realizadas no mercado; Economia Não-Mercantil, onde a distribuição de bens e serviços está baseada no Estado; e Economia Não-Monetária, onde a produção e distribuição ocorrem através da reciprocidade. Assim, a Economia Solidária seria uma articulação entre essas três economias, não rompendo com a economia capitalista, mas, constituindo uma forma híbrida de atividades recíprocas, desenvolvidas por voluntários de atividades de mercado e por profissionais, tendo suas atividades financiadas por subsídios estatais.

Diferentemente das posições anteriormente mencionadas, Singer não é simpatizante da relação da Economia Solidária com o mercado. Para ele, há uma relação de independência entre as duas economias, mas, não de isolamento. Ele defende que as cooperativas e a autogestão são dois elementos centrais na construção de uma opção ao capitalismo. Sem elas não seria possível falar em igualdade, reciprocidade, autonomia, confiança, interação pessoal, solidariedade, dentre outros aspectos, ou seja, não haveria espaço para a Economia Solidária. Para Singer (2002) o alcance da solidariedade se dá através da autogestão.

Diante dessas abordagens é constatada a diversidade conceitual do tema. Mas, dentro de uma perspectiva holística e geral pode-se associar a Economia Solidária a ações que envolvam cooperações, que busquem solidariedade, igualdade, interações, respeito ao próximo, autonomia, poder de voto, participação, desalienação, incentivo ao aprendizado, dentre outras características que se apresentam como alternativas ao sistema de mercado vigente. Tais valores podem ser desenvolvidos em cooperativas, associações ou em outra forma de reunião que busque não a separação entre pessoas, mas, sim, a união, a busca por uma vida digna, justa e igualitária.

3 A Unidade Pesquisada – Características Gerais do Povoado Cruz

A agroindústria familiar rural é “uma forma de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo a produção de valor de troca que se realiza na comercialização” (MIOR, 2005, p.191). Outros aspectos, citados por Amorim e Staduto (2007), que também caracterizam a agroindústria familiar rural são: a localização no meio rural, a utilização de máquinas e equipamentos em escalas menores, procedência própria da matéria-prima e a mão-de-obra da própria família. Segundo ainda os mesmos autores, a atividade de processamento de alimentos em agroindústrias, pelo agricultor familiar, constitui um novo espaço social e econômico e visa, prioritariamente, a produção de valor de uso que se realiza no auto-consumo, podendo ser um empreendimento associativo, reunindo uma ou várias famílias aparentadas ou não.

A comunidade do Povoado Cruz situa-se a 19 km do município de Currais Novos, possuindo acesso por rodovia a 6 km da BR-226. Currais Novos é um município do estado do Rio Grande do Norte localizado na região do Seridó. Sua população total é de 41.144 habitantes, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2007. As principais atividades econômicas são a agricultura, a pecuária e a extração mineral. A escassez de recursos naturais é típica em todo o município, apresentando limitações

fortes no uso agrícola, principalmente pela restrição na disponibilidade de água, pela erosão e por impedimentos no uso de maquinários, em decorrência do solo pedregoso, rochoso e acidentado.

A comunidade Cruz é constituída por 300 famílias, com cerca de 1.200 habitantes, formada basicamente por pequenos produtores rurais, que possuem, em seu favor, um açude público, o que favorece a plantação de alimentos em suas margens, sendo as frutíferas um cultivo comum aos agricultores do local. A renda do produtor familiar é oriunda, majoritariamente, dessa atividade agrícola ou da comercialização da fruta de forma in natura. Outras fontes de renda são as atividades não-agrícolas, como serviços assalariados fora da propriedade e aposentadoria rural. Da atividade de fruticultura a renda anual bruta de cada família fica em torno de R\$ 8.000,00, o que corresponde mensalmente a R\$ 667,00. Detalhando estes valores cerca de R\$ 3.500,00 corresponde à venda de polpa de frutas para atender políticas públicas (Fome Zero), notadamente do Programa de Aquisição de Alimentos na modalidade Compra Direta Local da Agricultura Familiar. Em torno de R\$ 2000,00 a 2.500,00 advêm da venda da fruta in natura. E cerca de R\$ 1.500,00 a 2.000,00 são ganhos da venda da polpa de fruta fora dos programas do governo. O povoado Cruz trata-se de uma comunidade pólo para as circunvizinhas, pela estrutura educacional – possui uma escola estadual de médio porte – e pelo fácil acesso a partir da rodovia federal BR 226.

No Povoado há uma associação que se destaca pela organização e pela trajetória: a Associação “Clube de Mães e Jovens Teresa Celestina Dantas”, fundado em 1955. Esta iniciou suas atividades fabricando, primeiramente, peças artesanais como: redes bordadas, crochês, panos de prato e outros produtos artesanais afins. As associadas do Clube fabricavam mercadorias e as vendiam para outras comunidades e municípios, conseguindo renda para o sustento das famílias, e assim, permaneceram durante alguns anos. A associação cresceu e percebeu a necessidade de expandir e diversificar a produção para aumentar a renda, pois, segundo a fundadora:

“[...] as famílias aumentaram, os recursos naturais ficaram mais escassos e a vida foi se tornando mais difícil.”

As condições do local para o plantio de frutas e a vontade de ter uma vida melhor despertaram, em uma das moradoras (atualmente a presidente da Associação), a idéia da fabricação de polpas de frutas, ao perceber a elevada quantidade de frutas que era desperdiçada diariamente por falta de consumo:

“Havia dias que eu jogava mais de seis caixas cheias de goiabas no lixo (aproximadamente 140 Kg) estragadas, sem nenhum aproveitamento (...). A idéia surgiu por acaso. Tenho uma cunhada que não gosta de comer graviola, mas adora o suco e sempre me pedia para descascar toda a fruta e fazer o suco para ela tomar. E, (...) assim eu fazia, chegava a estocar em casa para levar para ela.”

A partir daí, a atividade artesanal transformou-se num projeto da Associação que buscou subsídio no Programa Desenvolvimento Solidário para construção da mini-agroindústria familiar de polpa de frutas. Esse é um programa do Governo do Estado do Rio Grande do Norte que tem como objetivo melhorar as condições de vida da população rural mais pobre do estado, mediante o financiamento de projetos de natureza produtiva, social e de infra-estrutura básica, tendo como fonte de recursos o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD (75%), o Governo do Estado (15%) e as comunidades beneficiárias (10%) (SETHAS, 2009).

A manutenção do projeto, desde sua implantação em 2005, foi possível com as atividades extensionistas do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (EMATER-RN), que incluíam: financiamento para a aquisição de máquinas e equipamentos necessários à fabricação de polpas de frutas e à reforma da sede do Clube, além de cursos de capacitação e treinamentos em serviços e gestão. De forma simplificada, o processamento envolve toda a comunidade associada, de modo que os homens (agricultores) cultivam e fornecem as frutas, as esposas transformam-nas em polpa, na agroindústria, e a líder (presidente da Associação) busca a venda, sendo também responsável pela distribuição da renda entre os participantes.

4 Cotidiano De Trabalho e Produção no Povoado Cruz

O Povoado, por ter recebido maiores investimentos estruturais do Governo (principalmente escolas e estradas) que os demais circunvizinhos, tornando-o comunidade-pólo da zona rural do Município de Currais Novos, não permaneceu isolado das relações mercantilistas advindas fortemente da zona urbana,

recebendo, constantemente e de forma contínua, pessoas alheias à comunidade e, em sentido inverso, com forte trânsito de seus membros à zona urbana. Observa-se, porém, que é preservada a tradição e cultura através dos laços sociais, mantendo as características da vida em comunidade. Entre as pessoas da comunidade, de modo geral, associadas ou não à atividade agroindustrial, há um tratamento igualitário em termos de valores sociais, podendo-se compará-lo ao padrão de simetria, essencial, segundo Polanyi, para o desenvolvimento do princípio da reciprocidade.

A reciprocidade é demonstrada na ajuda a outros, na assistência ao outro, no ato de ensinar e nas demais formas de expressar amizade ou gratidão, desprovidas de interesse de troca ou monetário, bastando o reconhecimento por parte de quem recebe. Esse comportamento se estende além dos familiares, associados e demais membros da comunidade. É percebido também, fortemente, nas relações de vizinhança rural (extracomunidade) e com os técnicos que prestam assistência técnica e extensão rural à comunidade, o apadrinhamento de filhos dos agricultores como forma de gratidão. O agricultor não percebe a assistência como algo inerente ao trabalho do extensionista como servidor público, presenteando-o ainda com parte de sua produção agrícola ou produto da agroindústria e, mesmo assim, acreditando ser insuficiente para “pagamento” da gratidão, ficando com um sentimento de dívida em relação a este.

Outra forma de reciprocidade observada está na organização e na realização de trabalhos coletivos para beneficiar toda a comunidade ou algum agricultor ou grupo, identificados, em vários momentos durante a realização desse estudo, como na formação de um mutirão para o reparo e a ampliação da agroindústria, a pintura da igreja ou a construção de barragens subterrâneas nas propriedades de agricultores selecionados. Neste último caso, o benefício direto é do produtor selecionado, mas no entendimento comum, a comunidade toda está ganhando. Algo semelhante ocorre em períodos de seca ou alagamentos, quando alguma família passa por necessidades por ter perdido a produção, sendo comum o mutirão para ajuda alimentícia e reestruturação da propriedade.

Pode-se identificar, ainda, como reciprocidade, o uso compartilhado de recursos coletivos, mais visível na aquisição de, por exemplo, equipamentos de produção (como irrigadores, ensiladeiras) ou de processamento (despoldadeira, envasadora de polpa de frutas), como é o caso da agroindústria de polpa de fruta, que não pertence ao grupo gestor, ao presidente ou aos associados: é da comunidade e esta, por sua vez, é responsável pela sua manutenção e desenvolvimento. Prevalecem, nessas relações, a amizade, a confiança e a solidariedade, uma vez que são atividades não remuneradas e não obrigatórias, mas, necessárias ao bem-estar mútuo. Essas relações, de acordo com Burlamaqui (1995, apud VINHA, 2003) configuram uma relação em que a dimensão cooperativa e o valor da confiança são reconhecidos como essenciais à continuidade, à estabilidade e à eficiência do processo de interação.

Estendendo essas relações para aquelas que ocorrem entre os associados da agroindústria, pode-se observar que a reciprocidade é responsável pelas relações informais que fortalecem os laços entre os associados, tendo elevada influência na permanência dos membros na Associação e na cooperação com o grupo. É possível que exista uma tendência, embora tênue, ao rompimento de relações de reciprocidade na comunidade, uma vez que é observado, de forma não contínua, nas gerações mais novas, a presença de atitudes egoístas de “doar” apenas se receber algo monetário ou de valor econômico em troca, sendo muito forte, neles, o sentimento de “trabalhar” apenas em função de um lucro individual, gerando certo tipo de conflito e desestabilização da harmonia até então presente na comunidade. Os pais continuam defendendo que o bem-estar da comunidade reflete em todos, contudo, estão divididos entre a orientação comum e as orientações e expectativas dos filhos.

Na atividade de extensão rural, a reciprocidade mostra-se princípio fundamental para o desenvolvimento de trabalhos sustentáveis como a atividade de agroindustrialização da agricultura familiar, pois, mesmo aqueles empreendimentos rurais bem estruturados com regimentos, regulamentos e contínua assistência técnica, não sobrevivem a relações pessoais de desconfiança ou conflitos no grupo, levando à desagregação da associação e, por consequência, ao fracasso da atividade.

O padrão de centralidade aparece, de forma nítida, tomando como referência que a centralidade seria a entrega dos produtos a uma autoridade institucionalmente investida, responsável pela redistribuição em bases justas, como descrito por Vinha (2003). A figura central da Presidente da Associação, proeminente no grupo, como colocado por Polanyi (2000), tem autoridade de receber e redistribuir adequadamente os recursos advindos da atividade entre os membros, reconhecida e concedida pelo grupo, identificando-se,

ainda, hierarquia e obediência aos parâmetros definidos por ela, em conformidade com o princípio da redistribuição.

Em relação à produção da polpa de fruta na agroindústria, há relação de confiança no tocante às normas determinadas pela Presidente, líder do grupo escolhida sob critérios informais em virtude da proatividade e pelo respeito que possui na comunidade. Contudo, há uma preocupação que essas normas sejam transmitidas e aprovadas em reunião entre os associados. Ao receber as frutas in natura provenientes dos agricultores, estas são pesadas e transformadas em pacotes de 100g de polpa de fruta e estocadas sob congelamento para a venda. Este procedimento é realizado por um grupo de mulheres da comunidade, associadas, e, geralmente, com relação de parentesco com os produtores: esposa, cunhada, nora, ou filha.

A partir daí o rendimento (quilo de fruta) de cada agricultor pode ser diferente, sendo fatores intervenientes o estado de maturação da colheita, a presença de fungos ou pragas e a forma de armazenamento e de transporte da propriedade até à agroindústria, o que pode ocasionar injúrias nas frutas tornando-as impróprias à utilização na fabricação de polpa. Neste processo, observa-se que não há conflitos. Embora ocorram questionamentos por parte dos produtores, cada um aceita seu rendimento e procura melhorá-lo na próxima entrega, seja pelo cuidado no manejo ou procurando assistência técnica no plantio.

Para a venda, é determinado um preço único, elaborado com ajuda de um técnico extensionista, a partir do rendimento conseguido na transformação da fruta em polpa, calculado em função do preço máximo da fruta in natura no mercado local do município (a feira livre) na época, acrescido dos custos fixos e variáveis da agroindústria necessários à sua manutenção. O cálculo foi mostrado em assembléia aos associados e aprovado com o consentimento geral. Que conste como observação que o resíduo gerado do processamento (bagaço da fruta não transformado em polpa) é utilizado no enriquecimento da ração animal e as cascas como cobertura morta nas plantações de outras frutíferas.

Do valor de venda, o produtor fica com 70%, dado que o resto é destinado à manutenção da agroindústria. O pagamento é repassado conforme vai sendo arrecadado o resultado da venda da polpa de cada produtor; é anotado e registrado um recibo num livro de caixa da agroindústria. Paralelamente, é controlado o estoque das polpas pelo método do primeiro que entra primeiro que sai (PEPS). Contudo, a fim de evitar desperdícios, foram definidos através de estudo de vida de prateleira, prazos de validade para cada um dos nove tipos de frutas produzidas, com a colaboração de um extensionista, que é levado em consideração no momento do controle de estoque. O preço total de venda, geralmente, fica abaixo do preço da polpa de fruta industrializada no mercado formal. O diferencial competitivo desses agricultores é a divulgação boca-a-boca do “100% natural”-impresso em seus rótulos-, o que equivale a: produto fabricado de forma artesanal, sem adição de água, aditivos químicos e conservantes.

Contudo, escutam-se na comunidade ameaças de alguns de desassociação, alegando injustiça pelo fato do esforço não corresponder ao ganho. Os ameaçadores afirmam que, uma vez sua esposa estando na produção e esta sendo mais ágil que as demais, seu ganho deveria equivaler a esse “trabalho extra”. Também desconfiam que, não possuindo parentes na recepção de suas frutas, estas podem ter sido preteridas em detrimento daquelas de outro produtor. O fato é que a relação de desconfiança está relacionada à percepção do rendimento final, na visão individual do lucro.

Por não ter certificação pelos órgãos competentes, a polpa de fruta fabricada é vendida localmente a pequenos estabelecimentos de alimentação, como lanchonetes e restaurantes e domicílios. A quase totalidade ocorre de forma direta ao consumidor final, pois, os volumes vendidos são baixos. Com a Lei Federal 11.947, que obriga a compra de, pelo menos, 30% do total de recursos destinados à Alimentação Escolar direto da agricultura familiar, a Prefeitura Municipal passou a comprar grande parte da produção dessa agroindústria. Mesmo assim, verifica-se a relação de negociação direta (de preços, prazos e volumes) da Associação com a Secretaria de Educação Municipal. Essa venda direta provoca a criação de laços sociais entre consumidores e agricultores, gerando confiança e reconhecimento do valor social da comunidade.

Apesar disso, a atividade, tanto do ponto de vista sanitário quanto ambiental e fiscal, precisa ser legalizada perante os organismos de regulação pública. Isso implica em pagamento de impostos sob o produto vendido, sob a constituição da associação, dentre outros encargos; além de impor uma dinâmica de competitividade por mais clientes de forma a suportar a carga extra de custos. Sob esta ótica, a observação deste estudo aponta para a importância das relações sociais estabelecidas mais do que

qualquer valor de mercado. Acrescenta-se que, neste momento, há um recuo por parte dos agricultores para ir em frente, ou seja, não há disposição para enfrentar o mercado e alcançar um lucro que trará reduzidos benefícios (sociais) a si próprios e à comunidade. Percebe-se, nas falas, o medo de perder a tranquilidade, a dívida da ajuda mútua, da relação homem-terra, ficando todos escravos do trabalho para o mercado.

Neste ponto, pode-se notar uma abordagem que se aproxima do padrão da autarquia, que, segundo Polanyi (2000), nada tinha em comum com a motivação do ganho, nem com a instituição de mercados. Tomando-se como base que a domesticidade não é mais do que produção para uso próprio dentro de um grupo fechado, que produz e armazena para se auto-sustentar, poder-se-ia vislumbrar um possível afastamento do padrão identificado. Contudo, verifica-se que o produto elaborado pela agroindústria familiar rural, nesta comunidade, apesar de não se destinar apenas ao auto-consumo, pode ser considerado como tal a partir do momento em que o arrecadado com a venda se transfere à compra de outros bens de primeira necessidade, a exemplo de alimentos a família.

Neste sentido, pode-se estabelecer uma proximidade com o princípio de domesticidade, uma vez que, para Polanyi, a essência da domesticidade reside na produção para uso contra a produção para o lucro, não devendo se ver afetado pela existência de uma produção acessória para o mercado: “enquanto os mercados e o dinheiro fossem meros acessórios de uma situação doméstica auto-suficiente, o princípio da produção para uso próprio poderia funcionar” (POLANYI, 2000. p. 74). Observa-se, assim, que, se o princípio de domesticidade não é identificado de forma inequívoca - dado que a produção não é primordialmente dedicada ao consumo próprio -, existe na comunidade um padrão de autarquia no círculo formado por produção, comercialização na própria comunidade e aquisição de bens de primeira necessidade com o resultado econômico obtido.

Apesar das inflexões discutidas neste estudo, percebe-se a contemporaneidade de Polanyi, ao se conseguir identificar, na comunidade estudada, traços dos princípios e padrões de uma economia socialmente enraizada. No caso dos associados à atividade de agroindustrialização da agricultura familiar, poder-se-ia presumir que os fatores econômicos seriam os propulsores de suas vidas, replicando na situação da maioria da sociedade. Porém, a observação deste estudo aponta para várias outras relações sociais que se mostram mais importantes que as relações de mercado. Relações de parentesco, amizade, solidariedade e bem estar mútuo têm igual ou maior influência, na tomada de decisão, que a maximização de lucros.

Assim, pode-se apontar que as próprias características do tipo de empreendimento, tais como, ser gerido por agricultores familiares, manter proximidade territorial entre a produção e o consumo e possuir relação direta com os consumidores, salvaguardaria, segundo Polanyi (2000), sua situação como patrimônio social. E, em vez das relações sociais estarem embutidas na economia, é esta que está embutida naquelas em sistemas produtivos locais, conforme já observado por Ambrosini e Filippi (2008). Esses autores concluíram que havia três dimensões indissociáveis (econômica, territorial e social) e que sua fusão seria responsável pelo caráter enraizado (embedded) dessas formas de organização produtiva, atividades econômicas integram-se a valores sociais, à identidade cultural e a laços comunitários para garantir a reprodução social.

5 Considerações Finais

Dentro da realidade econômica da sociedade do século XXI torna-se difícil pensar ou visualizar um outro contexto em que o aspecto econômico esteja subjugado ao social ou mesmo em que o sistema econômico esteja baseado em reciprocidade, redistribuição e domesticidade, princípios observados por Polanyi (2000). Mas, na comunidade em destaque neste artigo, Povoado Cruz, é visível que, mesmo dentro de um contexto de economia de mercado, estes princípios são vivenciados.

A reciprocidade é vivida quando os membros da comunidade são solidários uns com os outros, arrefecem o individualismo e passam a viver para o bem comum. Ou, quando desenvolvem ações para outros sem pedir nada em troca, e, como consequência disso, são beneficiados a médio/longo prazo individual ou coletivamente. A redistribuição se dá quando se centraliza a entrega dos produtos a uma representante do povo, no caso estudado, a Presidente da Associação, pessoa de confiança e respeito. A ela se entrega o destino e a repartição correta dos ganhos dos bens produzidos pela comunidade. A domesticidade, que dos três princípios destacados por Polanyi é o menos visível no caso estudado, ocorre

quando os produtores da comunidade utilizam os recursos econômicos obtidos pela venda da produção para a aquisição de bens de primeira necessidade. A venda destina-se à sobrevivência, sendo, portanto, diferente da lógica de mercado capitalista em que a venda está baseada no lucro para o enriquecimento, a ele subordinando princípios sociais, morais e éticos. Neste caso, há um tipo de domesticidade que extrapola a idéia do lar, do domicílio, alcançando uma noção mais ampla de relação familiar, não consanguínea, qual seja, a própria comunidade.

Diante do exposto neste trabalho, conclui-se que podem ser encontradas formas de organização social fundamentadas nos princípios levantados por Polanyi, dentro de uma realidade de Economia Solidária que tem como valores norteadores a solidariedade, o respeito, a ajuda mútua, a autonomia, a cooperação, a doação e a desalienação, em contraponto ao individualismo, ao lucro exacerbado, ao egoísmo, à alienação e à perspectiva do ganha-perde, elementos comuns à realidade de mercado capitalista. Dentro de uma sociedade de mercado há como se conseguir, portanto, que a economia permaneça como mera função da organização social, ainda que em espaços restritos.

Referências

- Abramovay, R. (2004). Entre Deus e o Diabo: mercados e interação humana em Ciências Sociais. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, 16(2), 35-64.
- Acevedo, C. R., & Nohara, J. J. (2004). *Monografia do curso de administração*. São Paulo: Atlas.
- Ambrosini, L. B., & Filippi, E. E. (2008). Da era do desenvolvimento ao desenvolvimento rural: sistemas produtivos localizados sob a perspectiva de Karl Polanyi. *REDES*, 13(3), 121-139.
- Amorim, L. S. B., & Staduto, J. A. R. (2007). *Desenvolvimento Territorial Rural: estudo empírico sobre Agroindústria Familiar Rural no oeste do Paraná*. Paper presented at the Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, conhecimentos para agricultura do futuro, Londrina.
- Andrade, M. M. (1994). *Introdução a metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Atlas.
- Azambuja, L. R. (2007). *Os sentidos do trabalho autogerido: um estudo a partir dos trabalhadores de cooperativas de Economia Solidária*. Mestrado Dissertação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Castanheira, M. E. M., & Pereira, J. R. (2008). Ação Coletiva no âmbito da economia solidária e da autogestão. *Revista Katálysis*, 11(1), 116-122.
- Denzin, N. K., & Lincoln, Y. (2006). A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In N. K. Denzin & Y. Lincoln (Eds.), *Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens* (2ª ed.). Porto Alegre: ARTMED.
- França Filho, G., & Laville, J. L. (2004). *Economia Solidária: Uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Gil, A. C. (1994). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- Godoy, A. S. (1995). Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de empresas*, 35(33).
- Leite, M. P. (2009). A economia solidária e o trabalho associativo - Teorias e Realidades. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 24(69), 31-51. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092009000100003>
- Mattar, F. N. (1996). *Pesquisa em Marketing*. São Paulo: Atlas.
- Mior, L. C. (2005). *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural*. Chapecó: Argos.
- Polanyi, K. (2000). *A grande Transformação – As origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus.
- Radomsky, G. F. W., & Schneider, S. (2007). Nas teias da economia: o papel das redes sociais e da reciprocidade nos processos locais de desenvolvimento. *Sociedade e Estado*, 22(2), 249-284. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922007000200003>
- Sabourin, E. (2000a). Ação coletiva, reciprocidade e organização dos produtores no Nordeste semi-árido. *Antropolítica*, 8, 41-58.
- Sabourin, E. (2000b). Estratégias coletivas e lógicas de construção das organizações de agricultores no Nordeste semi-árido. *Antropolítica*, 9.
- Sabourin, E., Duque, G., Diniz, P. C. O., Oliveira, M. S. L., & Florentino, G. L. (2006). Reconhecimento público dos atores coletivos da agricultura familiar no Nordeste. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, 22, 293-307.

- Sethas. (2009). *Programa Desenvolvimento Solidário*. Natal: Retrieved from <http://www.sethas.rn.gov.br/prodesenvolvimento.htm>.
- Singer, P. (1999). *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis: Vozes.
- Singer, P. (2002). *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Temple, D. (1997). L'économie humaine. *La revue du MAUSS*, 10, 103-109.
- Temple, D. (1998). Le Principe du contradictoire et les structures élémentaires de réciprocité. *La revue du MAUSS*, 12(2), 234-242.
- Vergara, S. C. (2004). *Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração* (5ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Vinha, V. (2001). Polanyi e a Nova Sociologia Econômica: uma Aplicação Contemporânea do Conceito do Enraizamento Social. *Revista Econômica*, 3(2).